



LIDO NA SESSÃO DO DIA
25 JUN 2014
1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Requerimento

Nº 544/14

APROVADO (A)
VAI AO EXPEDIENTE
Em 25 / 06 / 2014

1º Secretário

AUTOR : Deputado Herminio Coelho – PSD

Requer a anulação da votação do Projeto de Lei nº 1320/14, de autoria do Deputado Lebrão.

O parlamentar que o presente subscreve, requer a Mesa na forma regimental, seja anulada a votação que deu por aprovado o Projeto de Lei nº 1320/14 de autoria do Deputado Lebrão, que “Institui o Quadro de Pessoal em extinção do Poder Legislativo, em 24/06/2014, na Trigesima Terceira Sessão Ordinária em 1º turno, e na 26ª Sessão Extraordinária em 2º turno. Permite o Regimento Interno, em seu artigo 274, que na eventualidade de se verificarem situações com ausência de previsão regimental, possa o plenário soberanamente decidir acerca da questão. Portanto, o presente requerimento está amparado no dispositivo mencionado.

Plenário das Deliberações, 25 de junho de 2014.

RIBOMAR

CHAU DIO

LUIZ CHAU DIO

Stella Mai Nilton
Prof STELLA

CARMEM

Euclides
TUCURU



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Requerimento

Nº

AUTOR : Deputado Herminio Coelho – PSD

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta propositura, considerando que sem a devida observância a aspectos constitucionais, bem como desatentos as vedações estabelecidas na lei 9.504/97, que em seu artigo 73 veda a possibilidade de conferir benefícios a servidores no período de 180 (cento e oitenta) dias que precedem ao pleito eleitoral, readaptar vantagens e benefícios a servidores e, ainda o que dispõe a lei complementar nº 101, em seu artigo 21, parágrafo único, que tem por nulo de pleno direito os atos de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder, de modo que não poderia esta Assembleia Legislativa ter votado e aprovado matéria de tal natureza.

Considerando, por sua vez, que inexiste no Regimento Interno previsão legal que permita rever matéria já deliberada, contudo, estabelecendo o artigo 274, que casos omissos devem ser decididos soberanamente pelo Plenário e, que nos encontramos diante de fato desta natureza, impõe-se que este Plenário delibere acerca do presente requerimento, de modo a tornar nula e de nenhum efeito a votação que aprovou o Projeto de Lei 1320/14, cujo objeto encontra-se devidamente explicitado no corpo do requerimento em tela.

Destaque-se, especialmente, que o requerimento visa estancar um projeto que se afigura absolutamente inconstitucional, em razão de estar criando um quadro de pessoal, sem observância, em especial, ao que preceitua o artigo 37 inciso II, da Constituição Federal.

Diante disso, solicitamos dos Nobres Pares o Apoio e o voto para aprovarmos nosso requerimento.